

CNC: 75 Anos em Favor do Brasil

A economia brasileira passou por inúmeros reveses de 1945 até os dias de hoje. Com ganhos e perdas, comércio e serviços refletiram as mudanças estruturais e conjunturais havidas ao longo desses 75 anos.

A história da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) se insere nesse contexto por intensificar a defesa dos interesses das empresas, por meio da representação empresarial, entre outras ações.

O presente texto examina o comportamento da economia brasileira fazendo um retrospecto segmentado, com ênfase na performance do comércio e dos serviços de forma agregada, nesse momento em que a CNC celebra mais um aniversário.

Quando a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) foi reconhecida como a entidade máxima do empresariado comercial brasileiro, em 30 de novembro de 1945, as estatísticas apresentavam configurações bastante diferentes das de hoje.

Ao longo dos 75 anos, as pesquisas sofreram revisões, atualizações e mudanças de método para se compatibilizarem com a tecnologia empregada bem como para atender anseios públicos e privados para a produção do melhor e mais acurado resultado a ser expressado através da informação relevante.

Em 1945, o mundo vivenciava a prosperidade do pós II Guerra Mundial, e a economia brasileira se beneficiava internamente do processo de substituição das importações, aproveitando a poupança gerada pela economia cafeeira para fazer as inversões necessárias à industrialização nacional.

Ainda que a industrialização tenha sido considerada tardia, o consumo interno amadurecia, exigindo do comércio maior capilaridade e, por extensão, crescimento das atividades de serviços.

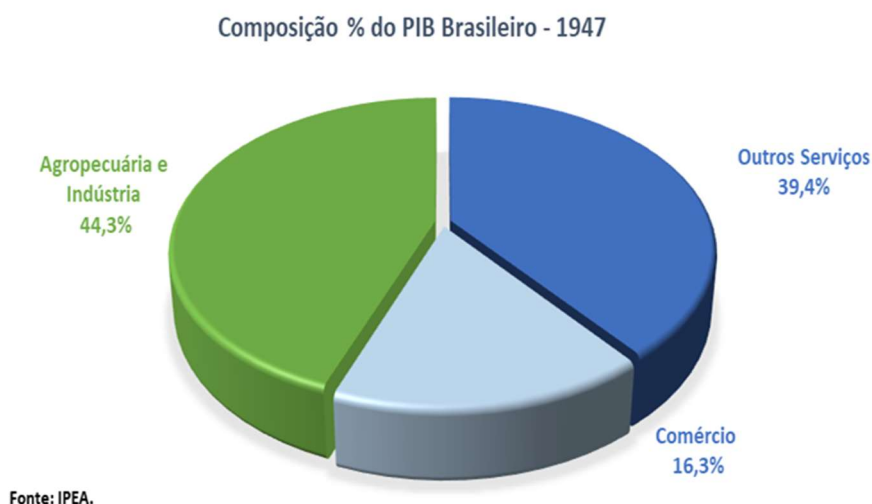
Dessa forma, a dependência da renda gerada pelas exportações de produtos primários tendia a diminuir na medida em que os investimentos aconteciam e a economia brasileira evoluía, com o fortalecimento da indústria incipiente, junto com comércio e serviços.

Boa parte do impulso na economia deveu-se à atuação do Estado, aos investimentos públicos. O governo promovia as condições necessárias, e o setor privado oportunizava espaço na economia, fermentando negócios e levando crescimento, desenvolvimento e geração de renda.

Na esteira dos investimentos públicos da primeira metade dos anos 1940, tem-se, por exemplo, a inauguração de diversas indústrias de base, como Companhia Siderúrgica Nacional (1941), Vale do Rio Doce (1942), Álcalis (1944) e Companhia Hidrelétrica do São Francisco (1945), entre outras. Estas e demais empresas ofertavam bens que iriam impulsionar modernas condições de produção por parte do setor privado, reduzindo a dependência das importações, também.

Os investimentos corresponderam a passos importantes para retirar o país do estágio de subdesenvolvimento. Além disso, ampliaram a participação e o tamanho do Estado na organização produtiva da economia, induzindo o setor privado a florescer.

Os dados disponibilizados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) informam que o setor de serviços representava 55,7% do produto gerado internamente; enquanto as atividades agropecuárias e da indústria se responsabilizavam pela produção dos 44,3% restantes. Ao comércio, um dos principais segmentos dos serviços, cabia a fatia de 16,3% do Produto Interno Bruto (PIB).



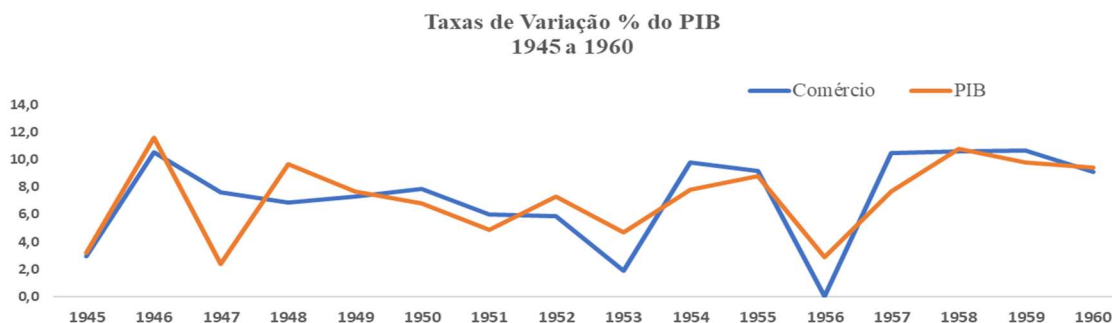
A participação de 16,3% do PIB espelha a importância relativa das atividades comerciais no setor de serviços (55,7% do PIB), ao fazer a intermediação entre a produção de bens e o consumo final em todas as regiões do país.

Nesse caso, salienta-se o papel das micro e pequenas empresas no comércio e serviços. A presença dessas unidades produtivas na formação do produto criado por estes dois setores é predominante, muito próxima do universo do número de empresas.

Essa estruturação significa que os dois setores se compõem de forma muito parecida. Há grande dispersão de empresas espalhadas pelo país levando bens e serviços aos recantos mais remotos. Ambos são formados por pequeno número de médias e grandes empresas, em contrapartida a uma quantidade muito significativa de micro e pequenas compondo quase que o quantitativo total de cada um destes setores.

1945-1960

Entre 1945 e 1960, tanto a economia brasileira quanto o comércio de uma maneira em geral pouco mais que triplicaram de tamanho. Enquanto o produto interno em apenas 15 anos subiu 203,4%, registrando crescimento médio de 7,2% ao ano - graças à evolução da renda e do consumo, entre outros fatores -, o comércio pôde agregar um pouco mais, contribuindo positivamente para a fermentação da produção econômica. Nesse intervalo, com crescimento médio de 7,3% ao ano, o setor comercial acumulou 207,11% de incremento.



Fonte: IPEA.

As taxas tanto do comércio quanto da economia evidenciaram um período extraordinário de crescimento, com impactos sobremaneira positivos no comportamento da agregação de valor por parte dos segmentos ligados ao comércio e aos serviços.

Em 15 anos, o setor cresceu acima de dois dígitos por quatro vezes: 1946 (10,6%); e consecutivamente no triênio 1957 (10,5%), 1958 (10,6%) e 1959 (10,7%). A evolução retrata um ritmo de crescimento acelerado do consumo doméstico, seguido da expansão das atividades comerciais.

Portanto, a contribuição do comércio para o crescimento da economia como causa e efeito foi grande. Isso porque o produto gerado internamente apenas ultrapassou a casa dos 10% em 1946 (11,6%) e em 1958 (10,8%).

O país cresceu bastante nesse período, principalmente por causa do governo Juscelino Kubitschek com o Plano de Metas. O slogan “50 Anos em 5” retrata os objetivos daquele momento.

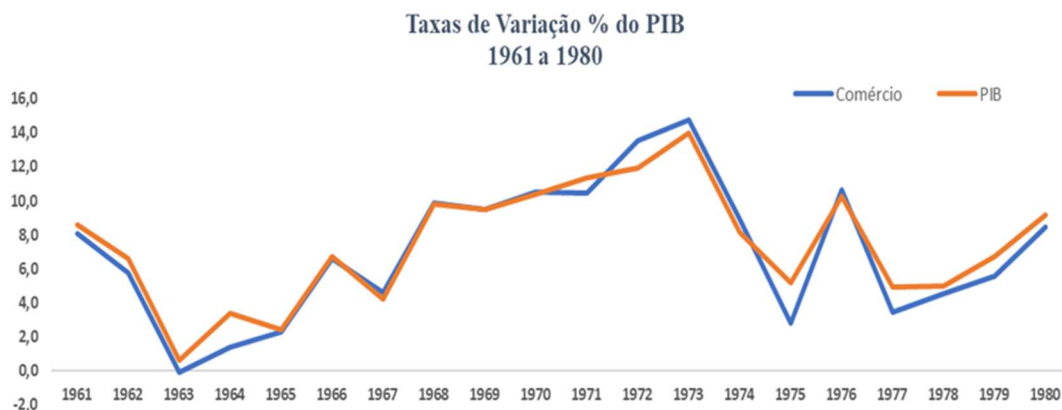
O salto se dá por intermédio dos investimentos público e privado, notadamente do primeiro em indústrias de base, infraestrutura, indústria automobilística, criação de Brasília, usinas hidrelétricas, entre outras.

O nível espetacular de aumento do volume da produção e agregação de valor por parte do comércio se repetiria na década seguinte, mas com menos intensidade do que a seguinte, a de 70, conhecida como a do Milagre Econômico por cinco anos; e depois somente em único exercício muitos anos depois, o de 2010.

Também na casa dos dois dígitos, tem-se o comportamento do Índice Geral de Preços (IGP) medido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Então, apesar do crescimento da economia brasileira, a inflação anual acima de dez por cento foi determinante para a instabilidade econômica, gerando perdas nas diversas formas de renda. Apenas em três exercícios a inflação registrou um dígito: 1948 (3,3%), 1949 (4,2%) e 1950 (3,5%).

1961 até 1980

Os anos iniciais da década de 1960 reverterem o quadro de crescimento robusto da economia observado no intervalo anterior, principalmente por causa dos problemas consequentes do processo, como déficit fiscal, endividamento público e inflação.



Fonte: IPEA.

Em 1963, quando a economia cresce marginalmente apenas 0,6%, a contribuição do comércio para ao PIB cai pela primeira vez (-0,6%) em toda a série histórica iniciada a partir de 1945.

Um dos fatores que determinaram a queda do volume do comércio foi a permanência do processo altista de preços. Pelo IGP, a taxa passou de 43,5% em 1961 para 61,3% no ano seguinte, até bater 80,5% em 1963, maior patamar até então. Em 1964, ano de inflexão política, caiu um pouco para 72,6%, e nos anos seguintes a inflação se manteve menor, mas nos níveis observados no transcorrer do começo dos anos 1950.

Apesar dos problemas políticos internos e da inflação, mesmo assim entre 1960 e 1969, a economia brasileira cresceu 80,3%, o que produz uma taxa média anual de 6,1%. Neste intervalo, o comércio acumulou alta de 73,5%, com aumento médio anual de 5,7%, abaixo da variação relativa da economia. Sinal de que os demais setores, como serviços, indústria e a agropecuária, puxaram o PIB.

Os anos 1970 foram memoráveis pela capacidade de o país retomar o crescimento econômico, sendo que a taxas muito superiores a todos os períodos anteriores. Assim, a economia perpassou por um momento inédito de aumento da produção, acelerando o seu processo de desenvolvimento.

No curto intervalo de dez anos, entre 1971 e 1980, os serviços acumularam elevação de 145,6%, tendo crescimento médio anual de 9,4%. Notadamente, a contribuição dos serviços para a formação do bolo da economia superou a do comércio.

Taxas de Variação %

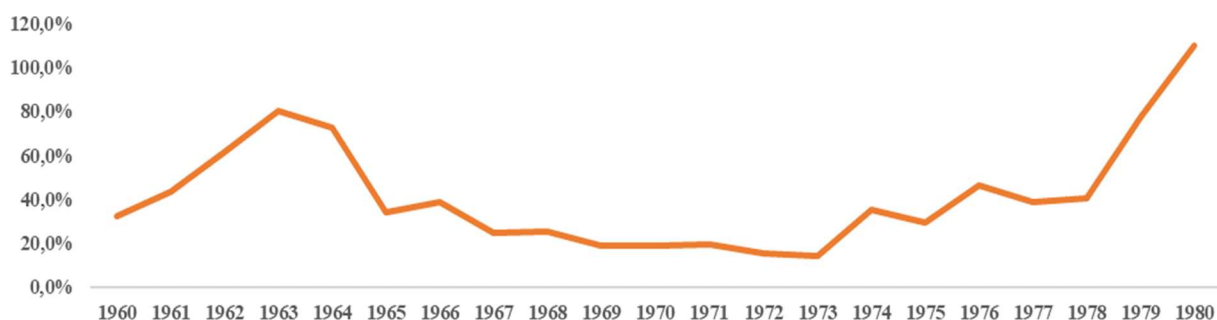
Anos	Serviços	Comércio	PIB
1971	11,2	10,5	11,3
1972	12,4	13,5	11,9
1973	15,6	14,8	14,0
1974	10,6	8,9	8,2
1975	5,0	2,8	5,2
1976	11,6	10,6	10,3
1977	5,0	3,4	4,9
1978	6,2	4,5	5,0
1979	7,7	5,6	6,8
1980	9,2	8,5	9,2

Fonte: IPEA.

O comércio variou nesses dez anos 120,7%, implicando no crescimento médio anual de 8,24%; ao passo que a economia brasileira desfrutou do crescimento extraordinário de 129,0%, algo em torno de 8,6% ao ano, em média, taxa superior à do crescimento médio do período anterior citado (1945-1960).

Após ter sido domesticada nos padrões aceitáveis próximos aos dos anos 1960, a inflação da década de 1970 inspirou mais cuidados, porque na segunda metade da década oscilou perto da casa dos 40% ao ano, sendo que no final do período destacou a incapacidade das políticas de estabilização quando atingiu 77,3% em 1979 e saltou para 110,3% em 1980.

IGP% - FGV
1960 a 1980



Anos 1980

A partir dos anos 1980, a economia brasileira passou a viver momentos assimétricos em relação ao passado, não conseguindo mais reproduzir as taxas de crescimento dos períodos anteriores, os quais podem ser chamados de *ouro*, considerando que não foi mais possível repetir a variação do PIB por dez anos com essa envergadura.

Os problemas decorrentes das dificuldades de combate à inflação se acentuaram na medida em que as rendas se indexaram ao comportamento da inflação. Com a disseminação da correção monetária para corrigir o valor dos ativos e das rendas, a taxa de inflação tornou-se mais resistente em baixar.

Como o remédio administrado para conter o processo inflacionário passa por políticas de contenção da demanda, tem-se por extensão a diminuição do ritmo da atividade econômica por força da queda da procura por bens e serviços, o que afeta o nível de investimentos.

No contexto da disseminação da correção monetária, além de tornar mais árdua a implementação de políticas eficazes de estabilização dos preços, o patamar da taxa de inflação de inflação no mês era contaminado, influenciado pela evolução acontecida no mês anterior. Também tornava a taxa do mês seguinte mais rígida para diminuir, apesar dos esforços das políticas para segurar a evolução dos preços.

A indexação que se tornou parcial sobre os salários no final dos anos 1970, se na década de 1980, tomando vulto maior. Somente em 1994 a situação tem fim, quando a reforma monetária do Plano Real interrompeu de vez o processo de realimentação inflacionária pela taxa do mês passado.

Logo no primeiro ano da década de 1980, a economia brasileira sofreu o primeiro baque com recessão (-4,3%) – a primeira contração do PIB desde a série iniciada em 1945. Os tempos difíceis para a década se prenunciam com nova recessão dois anos depois, em 1983, de -2,9%; e outra bem mais branda em 1988, de -0,1%.

Conhecida como a Década Perdida em termos produtivos, a economia brasileira só repete os níveis de evolução histórica nos exercícios de 1985 (+7,9%) e 1986 (+7,5%).

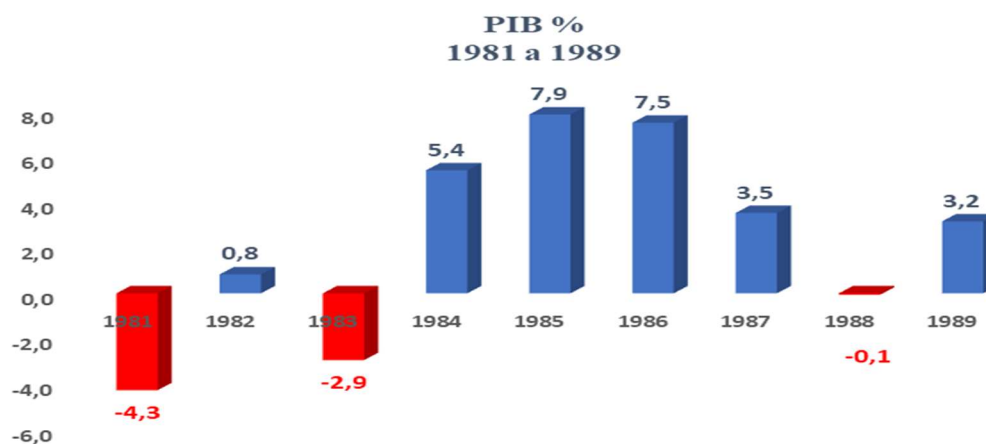
Entre 1981 e 1989, a economia brasileira cresceu somente 22,2%, o que significa crescimento médio de apenas 2,3%, ritmo não experimentado desde 1945.

Dificuldades de controle inflacionário, problemas na área externa como do equilíbrio do balanço de pagamentos junto com o pagamento da dívida externa, mais com o fluxo cambial reduzido, indexação generalizada, e implementação de planos heterodoxos com congelamentos de preços, câmbio e salários.

Os planos heterodoxos, além de transformarem a economia brasileira num laboratório desse tipo de experimentos para conter a escalada hiper inflacionária, produziram baixo crescimento econômico no final, além de não terem sido efetivos no combate à inflação.

Na prática, os planos heterodoxos reajustaram salários abaixo da inflação acumulada, produzindo perdas reais na capacidade de consumo assalariado.

Também impuseram problemas para o livre mercado e a formação dos preços, de maneira que a intervenção causou fortes desequilíbrios e distorções nos preços relativos. Foi uma época de muita incerteza no horizonte de curto prazo, inibindo investimentos e o crescimento da produção sustentável.



Fonte: IPEA.

No contexto do baixo crescimento econômico, no período de 1981 a 1989, o setor de serviços cresceu relativamente em 9 anos a uma taxa 3 vezes superior à do comércio. Os serviços aumentaram 31,6%, apresentando crescimento médio anual de 3,6%, e o comércio acumulou alta de 10,5%, fruto do crescimento médio anual de apenas 1,1%.

As taxas mostram as mudanças de paradigmas do funcionamento da economia nacional. Enquanto o comércio de bens revelou estrangulamento do consumo interno, os serviços se constituíram em alternativas para o ambiente de negócios, expondo por onde a economia brasileira iria passar a crescer com mais intensidade.

Dessa forma, os serviços cresceram bem mais do que as atividades típicas comerciais. O descolamento no ritmo do crescimento entre os dois setores foi indicativo para mostrar a tendência derivada dos choques heterodoxos de controle de preços.

A pressão causada pela inflação e o fracasso em eliminá-la foram dois grandes vilões para justificar a desestabilização das políticas de estabilização dos anos 1980. As experiências com os planos de congelamento de preços, câmbio e salários retardaram a chegada imediata da hiperinflação e não se redundaram em crescimento da economia.



No tocante ao Plano Cruzado (1986), Plano Cruzado II (1986), Plano Bresser (1987) e Plano Verão (1989), a CNC sempre se posicionou contrária às intervenções de congelamento de preços no mercado.

Além de serem medidas que ferem os princípios do liberalismo econômico defendidos pela Entidade, os congelamentos apresentaram como corolário o desabastecimento de produtos e o surgimento da figura da cobrança do ágio para que o consumidor pudesse exercer seu livre direito de compra, tendo que adquirir o bem com preço acima da tabela ou do congelamento.

Durante a Constituinte de 1987, a CNC defendeu fortemente a estrutura da organização sindical, atuou em favor da manutenção do SESC e SENAC, assim como apoiou iniciativas que vieram beneficiar o segmento das empresas de menor porte, como, só para citar, o tratamento diferenciado expresso no Artigo 179 da Constituição Federal.

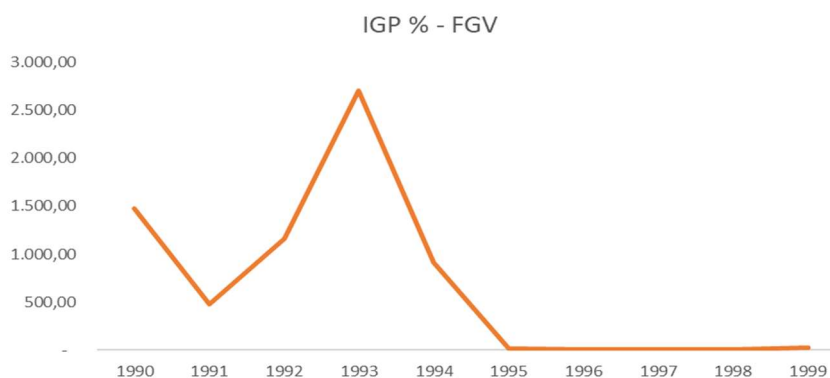
Anos 1990 a 1999

Nesses dez anos a economia brasileira viveu duas histórias antípodas. A da I metade do período revelou a incapacidade de a inflação ficar domesticada, mesmo que acompanhada de profunda recessão; e depois, a segunda antípoda, com a obtenção da estabilização inflacionária, houve inclusão social e fortalecimento do consumo.

O Plano Collor (1990) produziu estrago muito grande nas relações de produção, interferindo radicalmente no mercado produtivo e no de consumo. Para eliminar de uma só vez a hiperinflação através de políticas não experimentadas, o governo confiscou parcela substantiva dos depósitos bancários para diminuir a liquidez do sistema. Os prejuízos se materializaram pela maior recessão produzida desde 1945.

Lamentavelmente, a proposta de verticalizar a inflação com o arresto financeiro não deu certo, apesar do impacto e suas consequências.

Somente a partir da II metade de 1990 que a inflação se estabiliza, graças à reforma monetária do real que utilizou fortemente a âncora cambial, bem como reduziu parte do excesso de demanda do setor público sobre a economia.



A eficácia do Plano Real quebrou de vez a hiperinflação, posicionando a variação de preços a partir de 1995 até 1999 em níveis civilizados. A inflação média anual deste intervalo de 5 anos foi de 10,5%, e a mensal perto de 0,83%.

Em relação aos anos anteriores, o Plano Real se tornou um sucesso. Eliminou o processo que realimentava o aumento de preços de décadas e, trouxe novas condições de estabilidade para os investimentos.

Com a inflação estabilizada, a economia retomou o processo de crescimento, distanciando-se da recessão do começo da década, que comprometeu mercado de trabalho e consumo de forma profunda e negativa.

Com a globalização, o Brasil foi afetado por uma crise externa decorrente dos acontecimentos na Rússia em 1998, o que decretou moratória da dívida. Tal fato se refletiu internamente pela redução do nível de crescimento do PIB, com o resto do mundo também se vendo obrigado a ajustar-se.

Nesse contexto, o crescimento do comércio (16,7%) de 1990 a 1999 ficou abaixo do PIB acumulado (18,6%) e dos serviços (18,3%), assim como o aumento médio anual.

Em mais uma década de baixo crescimento, o comércio contribuiu negativamente para a formação do produto final por exatamente cinco vezes, mostrando que o consumo das famílias encolheu relativamente em relação ao comportamento da economia, e que o comércio foi mais afetado do que os serviços durante a crise.

Ano	Serviços %	Comércio %	PIB %
1990	-0,8	-6,2	-4,3
1991	2,0	-0,6	1,0
1992	1,5	-3,6	-0,5
1993	3,2	7,9	4,9
1994	1,8	9,3	5,9
1995	1,3	8,5	4,2
1996	2,3	1,8	2,2
1997	2,5	3,9	3,4
1998	1,4	-1,9	0,3
1999	1,8	-2,2	0,5
Crescimento %	18,3	16,7	18,6
Crescimento Médio Anual %	1,7	1,6	1,7

Fonte: IPEA.

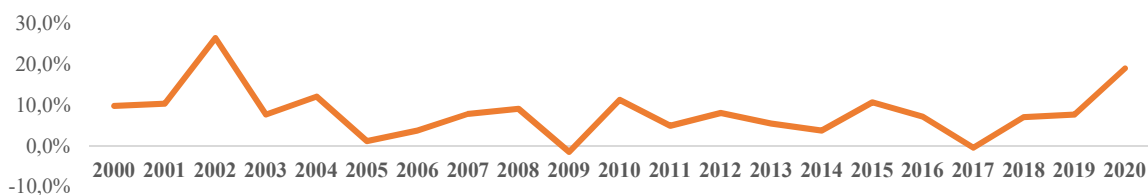
2000 a 2020

Nesse intervalo, um dos maiores ganhos para a sociedade brasileira tem sido a consolidação da estabilidade inflacionária. Diferentemente de outras épocas, a política econômica, através da atuação firme do Banco Central, tem conseguido manter o poder aquisitivo da moeda.

Nos últimos 20 anos, a inflação medida pelo IGP subiu acima dos dez por cento em seis ocasiões: 2001 (10,4%); 2002 (26,4%); 2004 (12,1%); 2010 (11,3%); 2015 (10,7%) e em 2020 até outubro (19,2%).

Em 2020, as incertezas com a pandemia elevaram o dólar, que impacta a taxa formação do IGP. Mesmo com elevações altas, a inflação não demonstrou sinais de descontrole graças ao acerto das intervenções feitas pelo Banco Central.

**IGP % - FGV
2000 a 2020 até outubro**

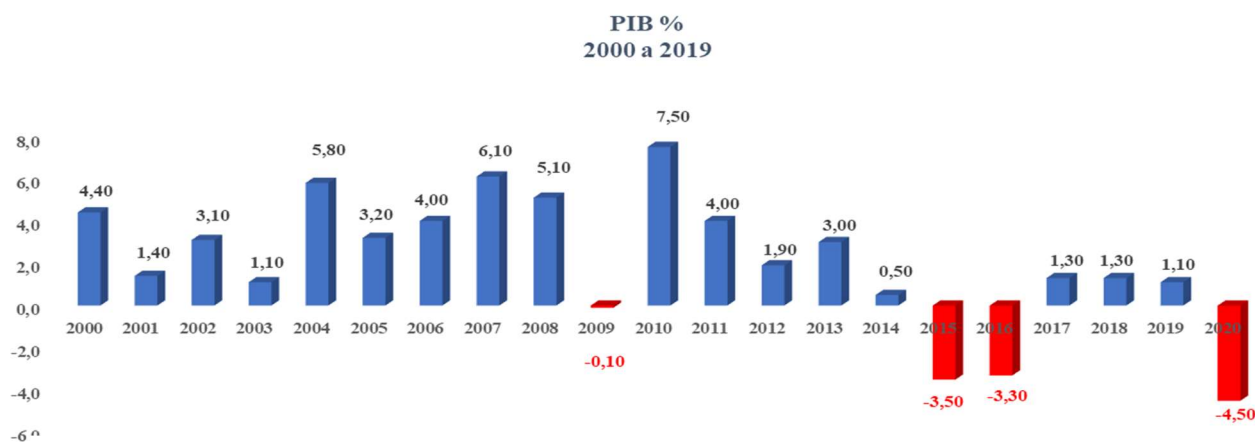


Se nos anos 2000 a economia pode surfar com a alta dos preços das commodities no mercado internacional, implicando no crescimento do PIB, refletido por intermédio do aumento do consumo, em compasso com preços estáveis, a partir de 2011 o processo enfrenta reveses.

A capacidade de o governo gastar na economia diminui, assim como os problemas decorrentes da política da nova matriz econômica expandem o déficit e o desequilíbrio nas contas públicas, impondo a necessidade de ajustes. A recessão de 2015-2016 é

consequência disso, formalizando a pior recessão da história econômica, dado que todos os setores encolheram sobremaneira.

Entre 2010 e 2019, a economia brasileira cresceu somente 14,2%. Se computarmos a taxa



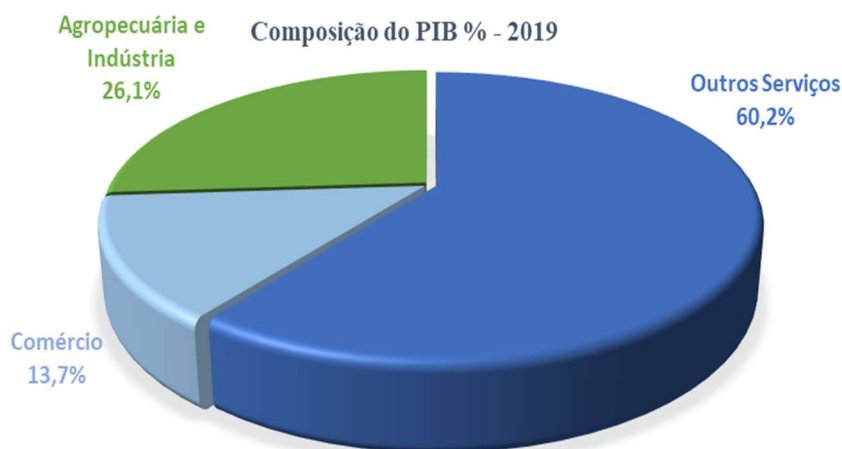
Fonte: IPEA.

esperada para 2020, de -4,5%, em onze anos o crescimento terá alcançado apenas 9,0%, algo impressionante e jamais experimentado.

As recessões de 2015-2016, seguidas dos anos de baixo crescimento econômico (2017 a 2019) e, em 2020, com os efeitos da pandemia, tudo isso compromete em definitivo o desenvolvimento da década, tornando-se o pior momento econômico da história do Brasil.

Sem considerar as estimativas para 2020, o comércio acumulou 11,9% de alta entre 2010 e 2019. Tal resultado significa crescimento médio anual pífio de 1,1%, comparável apenas com os números médios da Década Perdida de 1980. Portanto, não está errado afirmar que os anos 2010 se constituíram também em nova década perdida.

Conseqüentemente, o comércio diminuiu a sua participação na formação do produto interno. Enquanto isso, também, os serviços ampliaram a sua presença na geração da riqueza nacional. Da mesma forma que, igualmente à performance do comércio, a agropecuária e a indústria diminuíram participação no produto.



Fonte: IPEA.

Considerações Finais

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) foi criada e reconhecida em 1945, constituindo-se na entidade de grau superior representante dos empresários do setor do comércio de bens, serviços e turismo, numa época em que o mundo vivenciava o período pós II Guerra Mundial e a economia brasileira se fortalecia no cenário internacional em recuperação como uma das maiores exportadoras de agropecuários, depois de superar a Grande Depressão de 1929.

Desde o descobrimento o Brasil desenvolve um dos seus maiores atributos. A vocação histórica em relação aos outros países é a de abastecer o resto do mundo com produção de alimentos, condição que protagoniza a importância do comércio em todos os sentidos.

Naquela época, com industrialização tardia, mas em processo incipiente, mesmo com fortes traços de subdesenvolvimento o mercado interno, prosperava devido ao processo de substituição das importações, inversões produtivas da economia cafeeira e renda gerada pelas exportações.

Ressalta-se que a CNC surgiu pouco tempo depois da regulamentação do trabalho assalariado no país com a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT (1943) com o fim de promover o desenvolvimento empresarial e dos empregados, ofertando serviços necessários à melhoria da sociedade em virtude do reconhecimento feito pelo Estado naquela época.

Para exercer as atribuições voltadas ao progresso nacional, SENAC e SESC foram criados no ano seguinte (1946), constituindo-se nas articulações institucionais do Sistema do Comércio no campo educacional e na promoção do bem-estar social.

A organização do Sistema do Comércio existe para desfraldar a bandeira da defesa de mais de 5 milhões de empresas que empregam 25,5 milhões de trabalhadores formais.

Conjuntamente, as entidades do Sistema S do Comércio partilham princípios liberais, como o posicionamento intransigente em prol do livre comércio através da ênfase na concorrência; facilitação da atividade empreendedora com distribuição equitativa da renda; carga tributária compatível com a capacidade contributiva; e presença do Estado na economia, para oferecer os serviços necessários ao desenvolvimento com justiça social.

A CNC atua para que as empresas se tornem mais competitivas e produtivas, eficientes nos seus propósitos de geração de valor através da comercialização de bens e serviços.

A história do Sistema do Comércio naturalmente se insere na evolução da economia nacional. De 1945 até os dias de hoje, a CNC e suas entidades acompanharam de perto as transformações econômicas conjunturais e estruturais, favorecendo a formação do tecido conjuntivo social mais inclusivo e com qualidade para todos.

A CNC presenciou os principais acontecimentos da economia brasileira, nessa ordem:

- Do pós-guerra, passando pelo desenvolvimento acelerado do governo JK;
- enfrentando a crise política e a inflação dos anos 1960;
- apoiando o crescimento milagroso da década de 1970;

- enfrentando os choques do petróleo e dos juros internacionais no decênio seguinte;
- atravessando a Década Perdida;
- acompanhando de perto a abertura política;
- participando da Constituinte;
- dando suporte às políticas de estabilização e apoio à abertura comercial;
- criticando os planos heterodoxos;
- harmonizando-se com as mudanças produtivas, tecnológicas e das relações de trabalho;
- defendendo as reformas e a modernização do Estado, com privatizações e fim de monopólios;
- e mais recente durante a pandemia oferecendo serviços e recursos para aplacar os efeitos da crise econômica - o Sistema CNC tem se notabilizado por elevar a participação no meio empresarial, influenciando e auxiliando na implementação das políticas públicas que protegem empresas e empregos.

Em um ano de profunda excepcionalidade como tem sido 2020, a entidade conquistou espaços nos meios de comunicação, agregando valor nos trabalhos e nas ações que servem para iluminar decisões empresariais estratégicas, bem como protegê-las. Também por meio das articulações institucionais e representativas junto aos órgãos governamentais, a CNC conseguiu colaborar para a construção de políticas públicas que mitigaram impactos da recessão.

O crescimento das ações da CNC coaduna-se com a dinâmica do desenvolvimento do setor terciário no país. Em 1947, as atividades de serviços significavam 55,7% da riqueza nacional, incluindo o comércio com 16,3%. Ao longo das últimas 7 décadas e meia, este setor cresceu muito. Hoje os serviços participam com perto de 74% do PIB, enquanto cabem ao comércio 13,7%.

O avanço das atividades terciárias na economia brasileira tem acontecido num ritmo maior do que a evolução do comércio, assim como acontece no mundo todo, graças ao aproveitamento inteligente das oportunidades que surgem para dar vida aos negócios deste setor. Não bastasse esse fenômeno, as dificuldades de crescimento econômico dos últimos anos têm sido prejudiciais ao consumo no mercado doméstico.

Diante do cenário de inúmeros desafios, espera-se novas bases para o investimento sejam definidas e o crescimento econômico possa acontecer perene e sustentável. Assim, as atividades do comércio de bens, serviços e turismo serão estimuladas.

Na celebração do seu aniversário, a entidade acredita que o Brasil tenha capacidade para modificar a situação em que se encontra, surpreendendo. Nosso otimismo deve-se ao fato de que a entidade continua sendo referência para os segmentos do comércio de bens, serviços e turismo como há 75 anos atrás.